

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,
Apresentamos à V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da **Equatorial Previdência Complementar**, Entidade Aberta de Previdência Complementar, inscrita no CNPJ: 42.150.987/0001-70, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do parecer dos auditores atuariais independentes e do RAI - Relatório dos Auditores Independentes. **Política de reinvestimentos:** o resultado apurado, superávit de R\$ 19.059.880,10 será incorporado ao patrimônio da Entidade.

Quadro administrativo: foi mantido quadro de associados controladores da Entidade, bem como a sua Diretoria Executiva.

Negócios sociais: A Entidade atua em todo o território nacional, oferecendo planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda, bem como operações de assistência financeira aos seus associados ativos, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em 2025 as contribuições para cobertura de risco totalizaram R\$ 6.809.565,26, representando uma redução de 12,87% em comparação ao exercício anterior. Não obstante a retração observada, a Entidade apurou superávit com incremento de 12,94%, produto, principalmente, do resultado financeiro. O Patrimônio Líquido manteve-se em trajetória de crescimento, registrando acréscimo de 0,55% em comparação ao exercício anterior, evidenciando solidez patrimonial e equilíbrio econômico-financeiro da Entidade.

Perspectivas futuras: Adotamos como premissa a racionalização e o contínuo aperfeiçoamento da Entidade. Reforçamos a manutenção e o fortalecimento da carteira previdenciária e financeira, por meio da subscrição de planos de pecúlio e da oferta de assistência financeira aos participantes ativos. **A Equatorial Previdência Complementar**, na qualidade de acionista da **EQ Seguros S. A.**, continuará apoiando de forma consistente as estratégias de crescimento da Seguradora. Encontramo-nos em um ano de eleições presidenciais, inseridos em um cenário político nacional que demonstra fragilidade jurídica e econômica. Observa-se a contínua elevação dos gastos públicos, o aumento da carga tributária, elevados índices de endividamento e uma taxa de juros em torno de 15%, com expectativa de queda ao final do exercício.

A Administração concentrará esforços contínuos no treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores. Continuaremos com investimentos constantes e permanentes em tecnologia e segurança da informação, otimizando nossas operações de forma ágil e segura, com foco na redução da inadimplência e na mitigação de riscos. Permanecemos comprometidos com a melhoria da experiência de nossos participantes, bem como, com a eficiência e a conformidade na regulação de benefícios.

Controles Internos e Compliance: A Equatorial Previdência Complementar mantém firme compromisso com a integridade, a ética, a conformidade regulatória e a transparência, refletido em um programa de Compliance atuante e alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Em 2025, o Setor de Controles Internos e Compliance atuou de forma contínua na atualização, manutenção e aprimoramento de suas políticas, estratégias, procedimentos e práticas, conforme as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração, incorporando ao sistema de controles internos um novo sistema de Gestão de Riscos, destinado a apoiar a Entidade na identificação, avaliação e mitigação de riscos, fortalecer os controles internos, aprimorar processos e assegurar maior aderência às normas e às boas práticas de mercado, contribuindo para a segurança institucional e para uma tomada de decisões mais estratégica. Apresentamos, neste relatório, as atividades realizadas ao longo do exercício, bem como suas conclusões, recomendações e providências adotadas, em ampla sintonia com o disposto na Resolução CNSP nº 416/2021.

Evidencia-se, ainda, o fortalecimento de relações duradouras com as partes interessadas e a promoção de uma cultura organizacional sólida e ética, por meio da divulgação das principais ações, resultados e indicadores, demonstrando o contínuo aprimoramento do processo de Compliance e o alinhamento às diretrizes de ESG (Ambiental, Social e Governança Corporativa).

Outros eventos: As Assembleias de Controladores, realizadas em 27.09.2024 e 02.10.2025, aprovaram o aumento de capital da **EQ Seguros S. A.**, mediante a subscrição de novas ações, integrando em 06.02 e 07.10.2025 o montante de R\$ 3.000.000,00 e R\$ 5.000.000,00, respectivamente, permanecendo aprovado o aporte adicional de R\$ 5.000.000,00, para integralização até 09/10/2026. Ademais, a Equatorial Previdência Complementar protocolou, em 22.09.2025, junto à SUSEP, Pedido de Aprovação para transferência da carteira de planos previdenciários para a **EQ Seguros S.A.**, sob Processo nº 15414.655544/2025-85.

Continuidade Operacional: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e em conformidade com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC, convergentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS), com base no pressuposto da continuidade operacional.

A Administração avaliou a capacidade de a Entidade continuar operando no curso normal de seus negócios e não identificou incertezas relevantes que pudessem levantar dúvida significativa quanto à sua continuidade operacional. Dessa forma, os ativos e passivos foram registrados considerando que a Entidade realizará seus ativos e liquidará seus passivos no curso normal de suas atividades.

Goiânia (GO), 05 de fevereiro de 2026.
Aldo Faleiro - Diretor Vice Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Ilmos. Srs. administradores da Equatorial Previdência Complementar
Goiânia – GO

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis.
- Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EQUATORIAL PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de fevereiro de 2026.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC RS 4632/O S GO
DIEGO ROTERMUND MOREIRA Contador CRC RS 68603 S GO - CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)				
ATIVO		Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			30.757.055,28	36.050.046,62
Disponível			5.332.173,35	1.586.551,65
Caixa e bancos			5.332.173,35	1.586.551,65
Aplicações	5		10.653.816,89	18.673.275,48
Créditos das operações de previdência complementar			2.738.451,55	8.449.999,85
Valores a receber	6		2.738.451,55	8.449.999,85
Títulos e créditos a receber			11.961.176,13	7.259.913,16
Títulos e créditos a receber	9		3.450.321,42	32.212,20
Assistência financeira a participantes	7 e 8		8.504.342,65	7.220.909,76
Outros créditos	9		6.512,06	6.791,20
Despesas antecipadas			17.437,36	80.306,48
	10			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			124.488.673,64	100.293.476,69
Realizável a longo prazo			93.568.885,86	81.686.358,57
Títulos e créditos a receber			93.568.885,86	81.686.358,57
Depósitos judiciais e fiscais	11		675.745,09	598.800,31
Assistência financeira a participantes	7 e 8		92.993.140,77	81.087.558,26
Investimentos			27.026.086,49	14.927.797,26
Participações societárias	12.a,b		25.762.791,72	13.618.873,45
Imóveis destinados a renda	12.c		1.263.294,77	1.308.923,81
Imobilizado			3.879.186,91	3.660.018,18
Imóveis de uso próprio	13		1.802.081,27	1.896.240,00
Bens móveis	13		1.199.100,43	1.010.358,07
Outras imobilizações	13		878.005,21	753.420,11
Intangível			14.514,38	19.302,68
Outros intangíveis	14		14.514,38	19.302,68
Total do ativo			155.245.728,92	136.343.523,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO				
		Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			3.948.321,83	3.931.628,74
Contas a pagar			913.148,53	822.129,10
Obrigações a pagar	15		441.911,13	207.225,07
Impostos encargos sociais a recolher	16		301.151,86	383.509,95
Encargos trabalhistas	17		161.775,15	197.068,75
Empréstimos e financiamentos	18		-	25.369,19
Impostos e contribuições	19		8.310,39	8.956,14
Débitos de operações com previdência complementar			102.287,03	487.107,58
Operações de repasses	20		101.014,82	483.982,70
Outros débitos operacionais	20		1.272,21	3.124,88
Depósitos de terceiros			1.297.861,12	557.503,37
Provisões técnicas - previdência complementar			1.635.025,15	2.064.888,69
Planos não bloqueados	22		1.635.025,15	2.064.888,69
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			449.956,00	624.323,58
Outros débitos			449.956,00	624.323,58
Provisões judiciais	25		449.956,00	624.323,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			150.847.451,09	131.787.570,99
Patrimônio social			844.200,00	844.200,00
Reservas de reavaliação			259.003,94	266.934,50
Reservas de retenção de superávits			323.935,93	323.935,93
Superávits ou déficits acumulados			149.420.311,22	130.352.500,56
Total do passivo			155.245.728,92	136.343.523,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)				
		Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Benefícios retidos	28		(251.147,23)	(516.115,35)
Custos de aquisição	28		(1.953.887,31)	(1.907.127,11)
Outras receitas e despesas operacionais	28		5.432.877,15)	(542.601,95)
Contribuições para cobertura de riscos			6.809.565,26	7.815.580,97
Variações das provisões técnicas de prêmios			14.133,30	13.478,32
Prêmios ganhos			6.823.698,56	7.829.059,29
Despesas administrativas	28		(11.940.462,05)	(11.428.044,70)
Despesas com tributos	28		(358.743,83)	(352.552,44)
Resultado financeiro	28		25.753.816,47	23.229.331,45
Resultado patrimonial	28		6.306.478,64	538.135,28
Resultado operacional			18.946.880,10	16.850.084,47
Ganhos ou perdas com ativos não correntes			113.000,00	26.640,00
Superávit do período			19.059.880,10	16.876.724,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)				
		Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Superávit do período			19.059.880,10	16.876.724,47
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	26		7.930,56	7.930,56
Total do resultado abrangente do período			19.067.810,66	16.884.655,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)**

Discriminação	Nota Explicativa	Patrimônio social	Reservas de		Superávits ou déficits acumulados	Total
			Reavaliação	Retenção de superávites		
Período findo em 31 de dezembro de 2024						
Saldos iniciais em 01.01.2024		844.200,00	274.865,06	323.935,93	113.467.845,53	114.910.846,52
Reserva de reavaliação Realização	26	-	(7.930,56)	-	7.930,56	-
Superávit do período					16.876.724,47	16.876.724,47
Saldos finais em 31.12.2024		844.200,00	266.934,50	323.935,93	130.352.500,56	131.787.570,99
Mutações do período			(7.930,56)		16.884.655,03	16.876.724,47
Período findo em 31 de dezembro de 2025						
Saldos iniciais em 01.01.2025		844.200,00	266.934,50	323.935,93	130.352.500,56	131.787.570,99
Reserva de reavaliação Realização	26	-	(7.930,56)	-	7.930,56	-
Superávit/déficit do período					19.059.880,10	19.059.880,10
Saldos finais em 31.12.2025		844.200,00	259.003,94	323.935,93	149.420.311,22	150.847.451,09
Mutações do período			(7.930,56)		19.067.810,66	19.059.880,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em Reais)**

		Nota Explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais				
Superávit/déficit do período			19.059.880,10	16.876.724,47
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações		13	466.498,48	397.425,70
Variação no valor justo de propriedades para investimentos	12.b		(64.684,28)	(82.936,00)
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	13 e 14		(113.000,00)	(26.640,00)
Resultado de equivalência patrimonial	12.a		(4.204.333,99)	(49.619,45)
Variações nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros		5	8.019.458,59	(7.305.387,33)
Créditos das operações de previdência complementar		6	5.711.548,30	(709.981,37)
Depósitos judiciais e fiscais		11	23.055,22	(196.928,83)
Despesas antecipadas		10	8.869,12	2.010,48
Outros ativos		7 A 9	(16.606.845,48)	(6.748.574,95)</

Descrição	0 a 60 dias e em vencimento	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	5.332.173,35	0,00	0,00	0,00	0,00	5.332.173,35
Disponível	5.332.173,35	0,00	0,00	0,00	0,00	5.332.173,35
Ativos financeiros por valor justo por meio do resultado	10.653.816,89	0,00	0,00	0,00	0,00	10.653.816,89
Quotas de fundos de investimentos	10.653.816,89	0,00	0,00	0,00	0,00	10.653.816,89
Créditos das operações de previdência complementar	966.692,56	145.137,93	260.152,90	1.366.468,16	0,00	2.738.451,55
Valores a receber	966.692,56	145.137,93	260.152,90	1.366.468,16	0,00	2.738.451,55
Títulos e créditos a receber	8.521.801,43	3.845.294,53	3.766.651,77	11.004.248,17	78.392.066,09	105.530.061,99
Depósitos judiciais e fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	575.745,09	575.745,09
Outros créditos	3.456.833,48	0,00	0,00	0,00	0,00	3.456.833,48
Assistência financeira a participantes	5.064.967,95	3.845.294,53	3.766.651,77	11.004.248,17	77.816.321,00	101.497.483,42
Total dos ativos financeiros	25.474.484,23	3.990.432,46	4.026.804,67	12.370.716,33	78.392.066,09	124.254.503,78
Passivos financeiros						
Contas a pagar	913.148,53	0,00	0,00	0,00	0,00	913.148,53
Débitos de operações de previdência complementar	102.287,03	0,00	0,00	0,00	0,00	102.287,03
Depósitos de terceiros	1.297.861,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.297.861,12
Provisões técnicas - Previdência	1.635.025,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635.025,15
Outros débitos	0,00	0,00	0,00	0,00	449.956,00	449.956,00
Total dos passivos financeiros	3.948.321,83	0,00	0,00	0,00	449.956,00	4.398.277,83

d) Risco de mercado - refere-se à possibilidade de perdas devido a flutuações nos valores de mercado das posições próprias da Entidade, incluindo variações cambiais, taxas de juros, preços de ações e commodities. Essas flutuações podem ser provocadas por fatores adversos, como eventos políticos, econômicos e sistêmicos, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Essas oscilações podem resultar na reavaliação de ativos a valores diferentes daqueles registrados na emissão ou contabilização, gerando volatilidade e potenciais perdas financeiras para a Entidade. A Entidade adota um perfil conservador em relação aos riscos de mercado, aplicando seus ativos financeiros em instituições de alta confiabilidade e baixo risco. Não realiza operações em "carteira de negociação" e utiliza testes de estresse periódicos para avaliar o impacto de cenários adversos em sua carteira;

e) Risco operacional - consiste na possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, bem como devido a fraudes ou eventos externos. Este risco inclui também o risco legal, mas exclui os riscos associados a decisões estratégicas, imagem ou reputação. Dentro do risco legal, são contempladas multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, decorrentes do não cumprimento de leis e normativas vigentes, bem como perdas associadas a decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos. Para mensurar o risco operacional, a Entidade adota como procedimentos a identificação dos eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens e causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo, e estabelece reuniões com os gestores, visando ações corretivas e preventivas do risco;

f) Risco estratégico - os riscos estratégicos estão associados com as decisões estratégicas da Entidade para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. O gerenciamento de risco de estratégia busca mitigar os riscos a um nível aceitável. A gestão se traduz na definição de indicadores e metas para acompanhamento da estratégia;

g) Risco de compliance: são os riscos associados ao não cumprimento de leis, regulamentos, normas e políticas internas por parte da Entidade. E realizado, pelos controles internos e riscos, o monitoramento constante e controle sobre a implementação interna das normas e resoluções emitidas pelos órgãos reguladores; e

h) Risco reputacional: refere-se à possibilidade de eventos que possam prejudicar a imagem, credibilidade ou marca da Entidade, muitas vezes causados por outros riscos. Isso inclui publicidade negativa, verdadeira ou não, que possa afetar a percepção pública da empresa.

i) Risco de Sustentabilidade: refere-se à possibilidade de perdas financeiras, atuariais, operacionais, legais, regulatórias ou reputacionais decorrentes da exposição da entidade a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), que possam afetar a solvência, a liquidez, a adequada constituição de provisões técnicas, a precificação de produtos, a gestão de investimentos, a continuidade operacional e a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais e fiduciárias perante participantes, beneficiários e órgãos reguladores. Incluem-se nesse contexto eventos associados a mudanças climáticas, degradação ambiental, práticas sociais inadequadas, falhas de conduta ética, deficiências de governança, descumprimento normativo ou exposição a contrapartes e ativos com baixo desempenho socioambiental, que possam impactar o valor dos ativos, a experiência biométrica, a longevidade, a sinistralidade, o fluxo de caixa, o capital requerido e a reputação institucional.

03 - Das demonstrações contábeis

a) Elaboração - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Susep, no que não contrariem a Circular n° 648/2021 e alterações;

b) Apresentação - em comparabilidade com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do exercício atual, situações essas, quando aplicável, evidenciadas em notas explicativas;

c) Preparação - requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:

- Nota 4.j - Redução ao valor recuperável;
- Nota 17 - Encargos trabalhistas;
- Nota 22 - Provisões técnicas - Previdência complementar; e
- Nota 25 - Outros débitos.

d) Moeda funcional - a moeda funcional da Entidade é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e

e) Emissão - A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2026.

04 - Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado - é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. As contribuições para planos de previdência são conhecidas como Rendas de Contribuições Retidas pela vigência do risco e os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período. As despesas com comissões dos planos de previdência são reconhecidas no resultado mediante o diferimento mensal em prazo não superior a 12 (doze) meses, e para as comissões vitalícias são reconhecidas no resultado, quando da consolidação do processo de comercialização;

b) Equivalentes de caixa - são representados por valores em espécie e saldos bancários que são utilizados no gerenciamento de compromissos imediatos;

c) Títulos e valores mobiliários - são classificados em: **(I) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado** - um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período; **(II) ativos financeiros mantidos até o vencimento** - caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e **(III) determinação do valor justo** - o valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. (Nota 05);

d) Créditos das operações - valores a receber - com previdência complementar - classificadas no Ativo Circulante pelos respectivos valores originais, na rubrica: **(I) Consignação de órgãos averbadores**, reconhecidos nesta pela emissão do risco; **(II) Contribuições riscos vigentes não recebidos**, os valores pertinentes a parcela das contribuições mensais não recebidas até o mês seguinte, permanecendo nesta até o prazo de 90 (noventa) dias; e **(III) Redução ao Valor Recuperável**, pelo reconhecimento no resultado, após o prazo de 90 (noventa) dias, ou, em decorrência do cancelamento do plano;

e) Títulos e créditos a receber - assistência financeira a participantes - classificadas no Ativo Circulante e Não Circulante, com os rendimentos pré-fixados de competência de períodos futuros registrados em conjunto com o valor principal das operações e demonstrados como redução dos ativos correspondentes na rubrica "Receitas a apropriar", reconhecidos mensalmente no resultado do exercício em função da fluência dos prazos contratuais; e Redução ao valor recuperável - constituída com base em levantamento dos contratos que apresentam inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, os quais são considerados integralmente vencidos;

f) Depósitos judiciais e fiscais - classificados no Ativo Não Circulante pelos respectivos valores originais;

g) Investimentos - classificados no Ativo Não Circulante e constituídos por: **Participações societárias: (I) Sociedade controlada** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado através da avaliação pelo método da equivalência patrimonial; **(II) Outras participações - Conta capital** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado pelo rateio do resultado, o qual é adicionado ao montante da participação; e **(III) Imóveis destinados a renda** - representado por bens imóveis urbanos - terrenos - registrados e demonstrados pelos respectivos valores de aquisição;

h) Imobilizado - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, estando os imóveis acrescidos de reavaliação conforme laudo de 30.11 e 12.12.2006, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de: 4% imóveis; 10% móveis e utensílios; 20% equipamentos e veículos 20%; e, ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável;

i) Intangível - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de 33,33% sistemas aplicativos, e, ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável;

j) Redução ao valor recuperável - ativos financeiros (incluindo recebíveis) - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecidos publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e de valores de perda incorridos. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. A redução do valor recuperável de ativos (impairment) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa;

k) Provisões técnicas - Previdência Complementar - Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)** - é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocesso. **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)** - é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de coseguo aceito, brutos das operações de resseguro e liquidos das operações de coseguo cedido, obedecendo os seguintes critérios e legais. A metodologia utilizada no cálculo da IBNR é a paulada no teste de consistência realizado sobre as observações passadas, referente aos sinistros avisados com atrasos, cujas informações são advindas dos quadros estatísticos do FIP. Os sinistros observados serão aglutinados por mês de atraso até a data-base avaliada, e, posteriormente, adotaremos critérios estatísticos, como média e desvio padrão, à definição final da IBNR. **Provisão de Despesas relacionadas (PDR)** - é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A provisão abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. **Provisão de Resgate e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - esta provisão abrange os valores referentes às devoluções de contribuições que estão sob juízo. **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - é constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de Adequação de Passivo (TAP). **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMB)** - é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes, referente as rendas a vencer, sendo calculada conforme metodologia constante na nota técnica atuarial;

l) Provisões trabalhistas - constituída pela provisão para férias, calculadas e reconhecidas mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos sociais;

m) Outros débitos - provisões judiciais e administrativas - classificados no Passivo Não Circulante, de acordo com o CPC 25, são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. (Nota 25); e

n) Outros ativos e passivos - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e ou contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

05 - Classificação das aplicações financeiras

Incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento, conforme abaixo:

a) Posição

Categoria	Valores de mercado em 31.12.2025			
	Faixas de vencimento - dias	Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado			
Valor justo por meio do resultado	10.653.816,89	100%	9.500.000,00	
Fundos DI/FIQ/FI	10.653.816,89	100%	9.500.000,00	Valor da Cota
Montante	10.653.816,89	100%	9.500.000,00	
Categoria	Valores de mercado em 31.12.2024			
	Faixas de vencimento - dias	Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado			
Valor justo por meio do resultado	18.673.275,48	100%	13.430.000,00	
Fundos DI/FIQ/FI	18.673.275,48	100%	13.430.000,00	Valor da Cota
Montante	18.673.275,48	100%	13.430.000,00	

b) Movimentação

Discriminação:	Saldos em 31.12.2024	Aplicações	Resgates e IOF	Rendimentos e ou atualizações	Saldos em 31.12.2025
Fundos DI/FIQ/FI	18.673.275,48	17.290.000,00	(26.739.350,27)	1.433.891,68	10.653.816,89
Totais	18.673.275,48	17.290.000,00	(26.739.350,27)	1.433.891,68	10.653.816,89
Discriminação:	Saldos em 31.12.2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos e ou atualizações	Saldos em 31.12.2024
Fundos DI/FIQ/FI	11.367.888,15	12.489.900,00	(6.936.295,34)	1.751.782,67	18.673.275,48
Totais	11.367.888,15	12.489.900,00	(6.936.295,34)	1.751.782,67	18.673.275,48

06 - Créditos das operações de previdência complementar

a) Representado pelas rubricas e valores, a saber:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Consignações de órgãos averbadores	810.600,82	781.539,28
Riscos vigentes não recebidos	10.541.837,47	10.120.873,36
Redução ao valor recuperável	(8.613.986,74)	(2.452.412,79)
Total	2.738.451,55	8.449.999,85

b) Movimentação no exercício:

Movimentação dos créditos das operações com previdência complementar	31.12.2025	31.12.2024
- Prêmios emitidos	9.653.370,62	9.324.015,21
- Recebimentos	(6.359.539,61)	(6.454.270,70)
- Cancelamentos	(2.843.805,36)	(1.508.313,03)
- Reversão ao valor recuperável	412.913,61	185.402,16
- Redução ao valor recuperável	(6.574.487,56)	(836.852,27)
Saldo no final do período	2.738.451,55	8.449.999,85

A redução ao valor recuperável de créditos das operações com previdência complementar é calculada conforme a Circular Susep n° 648/2021, sobre os créditos vencidos a mais de sessenta dias.

c) Composição - redução ao valor recuperável

Faixa de créditos vencidos	31.12.2025	31.12.2024
De 121 a 180 dias	0,00	374.848,67
De 181 a 240 dias	0,00	0,00
De 241 a 300 dias	0,00	0,00
De 301 a 365 dias	0,00	219,21
Superior a 365 dias	8.613.986,74	2.007.178,14
Total	8.613.986,74	2.452.412,79

07 - Assistência financeira a participantes

Considerando a relevância de seu saldo, detalhamos a rubrica como segue:

Composição	31.12.2025	31.12.2024
- Garantia de averbação	60.263.814,46	50.032.598,08
- Receitas a apropriar	(41.993.941,99)	(35.215.572,22)
- Redução ao valor recuperável	(9.765.529,82)	(7.596.116,10)
Não circulante	92.993.140,77	81.087.558,26
- Garantia de averbação	169.793.260,50	150.192.399,02
- Receitas a apropriar	(76.800.119,73)	(69.104.840,76)
Total	101.497.483,42	88.308.468,02

08 - Securitização de parcelas de assistência financeira

A Entidade ("Cedente") firmou em 14.12.2020 com o Canal 75 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados ("Fundo") e "Administrador", contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida a participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais são custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S. A. ("Custodiante").

Discriminação	31.12.2025		31.12.2024		Valor da cessão
	Quantidade	Valor de face	Quantidade	Valor de face	
Canal 75 - Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare)	000	0,00	452	9.485.277,49	4.638.420,10
Total	000	0,00	452	9.485.277,49	4.638.420,10

09 - Títulos e créditos a receber

Constituído, a saber:

Rubricas / Eventos	31.12.2025	31.12.2024
Aluguéis	3.600,00	16.200,00
Créditos - cobranças	20.000,00	10.000,00
Dividendos	1.941.382,08	0,00
Juros sobre capital próprio	1.485.339,34	0,00
Outros créditos	6.512,06	6.012,20
Adiantamentos a funcionários	0,00	2.491,20
Adiantamentos a fornecedores	0,00	4.300,00
Total	3.456.833,48	39.003,40

10 - Despesas antecipadas

Constituído pelas rubricas e saldos, a saber:

Composição	31.12.2025	31.12.2024
Assinaturas de jornais e periódicos	737,40	699,52
Seguros imóveis	1.4	

22 - Das provisões técnicas

a) **Cálculo** - elaborado sob a responsabilidade de empresa devidamente habilitada contratada pela Entidade, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte posição:

Movimentação:	PPNG	PMBC	PSL	IBNR	PDR	PVR	Total
Saldo em 31.12.2024	372.124,64	0,00	666.735,05	666.735,51	55.128,04	238.858,45	2.064.888,69
- Constituições decorrentes prêmios/contribuições	4.679.293,19	0,00	0,00	6.021.822,87	571.231,53	122.140,53	11.394.488,12
- Avisos de sinistros	0,00	0,00	683.672,62	0,00	0,00	0,00	683.672,62
- Pagamentos de sinistros/benefícios	0,00	0,00	(513.503,64)	0,00	0,00	0,00	(513.503,64)
- Atualização monetária e juros	0,00	0,00	59.050,90	0,00	0,00	0,00	59.050,90
- Sucumbência/danos morais/restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Reversões	(4.665.332,55)	0,00	(322.631,23)	(6.301.447,70)	(573.892,08)	(190.267,98)	(12.053.571,54)
Saldo em 31.12.2025	386.085,28	0,00	638.630,70	387.110,68	52.467,49	170.731,00	1.635.025,15
Movimentação:	PPNG	PMBC	PSL	IBNR	PDR	PVR	Total
Saldo em 31.12.2023	368.787,32	2.611,05	500.499,80	842.700,00	46.880,07	91.295,48	1.852.773,72
- Constituições decorrentes prêmios/contribuições	4.497.873,97	0,00	0,00	9.318.621,70	676.314,50	191.081,54	14.683.891,71
- Avisos de sinistros	0,00	0,00	912.772,67	0,00	0,00	0,00	912.772,67
- Pagamentos de sinistros/benefícios	0,00	(2.031,58)	(571.279,88)	0,00	0,00	0,00	(573.311,46)
- Atualização monetária e juros	0,00	0,00	70.932,27	0,00	0,00	0,00	70.932,27
- Sucumbência/danos morais/restituições	0,00	0,00	7.200,91	0,00	0,00	0,00	7.200,91
- Reversões	(4.494.536,65)	(579,47)	(188.083,72)	(9.494.586,19)	(668.066,53)	(43.518,57)	(14.889.371,13)
Saldo em 31.12.2024	372.124,64	0,00	732.042,05	666.735,51	55.128,04	238.858,45	2.064.888,69

b) **Cobertura** - A Entidade ofereceu em cobertura de suas Provisões Técnicas os seguintes bens e valores:

Descrição:	31.12.2025	31.12.2024
- Quotas de fundos referenciado DI	3.680.303,90	9.610.836,28
Total	3.680.303,90	9.610.836,28

23 - Teste de adequação de passivos - TAP

Em observância à legislação vigente, o TAP foi elaborado com prudência e objetividade, empregando métodos estatísticos e atuariais adequados a dados atualizados e premissas realistas. A análise abrange as obrigações de contratos iniciados até 31/12/2025.

Para o cálculo das estimativas correntes dos fluxos de caixa da PPNG (Registrada e Não Registrada), adotou-se a tábua biométrica BR-EMS 2021 (segmentada por sexo e idade projetada), visando o maior alinhamento possível com a realidade da carteira. Os fluxos incorporam premissas financeiras e atuariais críticas, tais como: taxas de cancelamento, despesas administrativas (breaking-up basis), custos de comercialização, despesas com sinistros e carregamento comercial.

Os fluxos nominais projetados foram trazidos a valor presente utilizando a ETTJ arbitrada pela SUSEP, especificamente a curva do Cupom IGP-M. O estudo concluiu pela consistência de todas as provisões técnicas avaliadas.

Ressalta-se que o TAP é um estudo prospectivo baseado em parâmetros probabilísticos e no histórico da Entidade. Dada a complexidade e a volatilidade inerentes a essas variáveis, os resultados representam estimativas que podem sofrer variações em relação ao comportamento futuro real.

24 - Análise de sensibilidade

A linha e, inciso XI, artigo 126, da Circular Susep nº 648/2021, e alterações, determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade; mortalidade (frequência e severidade); sobrevida; e inflação. Sabendo que o regime financeiro adotado nos planos de pecúlios administrados pela Entidade é o de repartição simples, que a Entidade não paga rendas vitalícias, não possui provisões de benefícios a conceder e os valores das provisões de benefícios concedidos são insignificantes, entendemos que as variáveis que poderão afetar, de alguma forma, o equilíbrio do plano são: taxa de juros, mortalidade e sinistralidade.

a) Taxas de juros:

Para analisar a sensibilidade do resultado do TAP em relação à taxa de juros, aplicou-se um choque de 10% na curva ETTJ. A Tabela 1 apresenta o cenário base (real), enquanto a Tabela 2 detalha o impacto desse ajuste no resultado líquido das Estimativas Correntes da PPNG Não Registradas.

Tabela 1 - Cenário Base

Data-Base	Taxa de juros	EC PPNG Não Registrada (Fluxos Credores - Fluxos Devedores)
31.12.2025	ETTJ	R\$ 4.301.262,27

Tabela 2 - Cenário Base com o choque de 10% na ETTJ

Data-Base	Taxa de juros	Impacto na EC PPNG Não Registrada (Fluxos Credores - Fluxos Devedores)
31.12.2025	ETTJ x 110%	R\$ 4.731.388,50
31.12.2025	ETTJ x 90%	R\$ 3.871.136,04

Conclusão:

A aplicação do choque de 10% na curva ETTJ não gerou oscilações materiais no Resultado do TAP, a Supervisionada continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

b) Mortalidade:

Um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação de 10% na mortalidade projetada no TAP e conferir como se dará o impacto.

Tabela 03 - Análise da variável Mortalidade.

Data-Base	EC PPNG Não Registrada (Fluxos Credores - Fluxos Devedores)	Impacto na EC PPNG Não Registrada (Fluxos Credores - Fluxos Devedores)
31.12.2025	R\$ 4.301.262,27	R\$ 4.124.665,27

Conclusão:

A elevação em 10% na probabilidade de mortalidade não resultaria em déficit nas estimativas futuras.

c) Sinistralidade:

No mercado de Previdência Complementar Aberta, a **sinistralidade** é definida pela relação percentual entre o montante de pecúlios pagos e as receitas de contribuições comerciais arrecadadas. A sensibilidade dessa variável foi testada por meio da elevação hipotética dos pagamentos de pecúlios durante o período estudado, permitindo verificar o impacto resultante na solvência do plano. Esse cenário é detalhado nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 04 - Sinistralidade ocorrida no período - Análise da variável Sinistralidade.

Data base	Benefícios Pagos	Contribuições Retidas	Sinistralidade
31.12.2025	R\$ 559.941,62	R\$ 6.809.565,26	8,22%

Tabela 05 - Sinistralidade ocorrida com a elevação de 50% nos pecúlios pagos - Análise da variável Sinistralidade.

Data base	Benefícios Pagos	Contribuições Retidas	Sinistralidade
31.12.2025	R\$ 839.912,43	R\$ 6.809.565,26	12,33%

Conclusão:

Conforme demonstrado na Tabela 05, mesmo com uma elevação hipotética de 50% nos pecúlios pagos durante o exercício, a sinistralidade projetada permaneceria em um nível aceitável e alinhado aos padrões de mercado.

25 - Outros débitos

A Entidade é parte em ações judiciais cíveis e processos administrativos as quais estão sendo contestados. O desfecho dessas ações e processos encontram-se indefinido, pendentes de recursos processuais. Seguindo o estabelecido nas normas vigentes os advogados externos com base em estudo pormenorizado dos processos e, consubstanciado no histórico de desfechos de decisões judiciais transitadas em julgado, sobre causas de semelhante natureza no âmbito da Entidade, na jurisprudência e na existência de súmula de tribunais superiores sobre idênticas questões estimaram os valores de perda em R\$ 709.867,39 (R\$ 886.750,49 em 31.12.2024), sendo R\$ 259.911,39 (R\$ 262.426,91 em 31.12.2024), decorrentes de processos **Relacionados a Benefícios**, computado no Passivo Circulante - Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar - Judiciais e **Processos Cíveis** R\$ 449.950,00 (R\$ 624.323,58 em 31.12.2024), conforme demonstrados a seguir:

Contingências cíveis - Relacionadas a benefícios						
31.12.2025			31.12.2024			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	003	78.061,93	51.046,53	007	193.100,46	131.563,37
Possível	008	321.267,64	208.864,86	008	317.447,55	130.863,54
Remota	002	469.002,89	0,00	004	113.844,08	0,00
Total	013	624.332,26	259.911,39	019	624.392,09	262.426,91

Contingências cíveis - Não relacionadas a benefícios

Probabilidade de perda	31.12.2025			31.12.2024		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	050	2.460.433,72	449.956,00	061	2.143.287,61	624.323,58
Possível	035	1.076.603,57	0,00	023	568.932,31	0,00
Remota	528	47.954.207,99	0,00	490	38.532.728,32	0,00
Total	613	51.491.245,28	449.956,00	574	41.244.948,24	624.323,58

Os montantes foram provisionados baseados na opinião dos consultores jurídicos e da administração da entidade, e são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas. Dentre essas ações por algumas existem: Depósitos judiciais e recursais R\$ 573.745,09 (R\$ 598.800,31 em 31.12.2024).

26 - Realização da reserva de reavaliação

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 7.930,56 (R\$ 7.930,56 em 31.12.2024), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

27 - Patrimônio líquido ajustado - PLA e Capital mínimo requerido - CMR

A seguir demonstramos o PLA e o CMR de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Resolução CNSP Nº	432/21	432/21
Patrimônio líquido	150.847.451,09	131.787.570,99
Ajustes contábeis	(25.848.743,46)	(43.718.482,61)
Participações societárias - financeiras	(25.762.791,72)	(13.618.873,45)
Despesas antecipadas	(71.437,36)	(80.306,48)
Ativos intangíveis	(14.514,38)	(19.302,68)
Ajustes associados de variações dos valores econômicos	272.673,72	185.448,78
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	121.886,44	78.122,02
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registrados	150.786,88	107.326,76
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(1.321.129,43)	(1.385.244,07)
PLA nível 2 + PLA nível 3 (-) 50% CMR	(2.597.992,94)	(2.675.786,55)
PLA nível 3 (-) 15% CMR	1.321.129,43	1.385.244,07
Excesso de PLA nível 2 + PLA nível 3	(1.321.129,43)	(1.385.244,07)

Patrimônio líquido ajustado - PLA (total) (A)	123.950.251,92	116.869.293,09
PLA nível 1	121.933.331,59	114.863.924,57
PLA nível 2	272.673,72	185.448,78
PLA nível 3	3.065.376,04	3.205.163,81
Capital base (B)	0,00	0,00
Capital de risco total	11.628.310,71	12.132.798,28
Parcela de risco de subscrição - Crsubs	776.009,05	1.134.874,82
Parcela de risco de crédito - Crcred	7.428.898,77	7.290.563,66
Parcela de risco operacional - Croper	17.025,83	19.668,51
Parcela de risco mercado - Crmerc	6.750.696,00	7.298.457,00
Benefício da Diversificação	(3.344.319,04)	(3.610.763,71)
Capital mínimo requerido - CMR	11.628.310,71	12.132.798,28
Suficiência de capital (PLA - CMR) (A) - (B)	112.321.941,21	104.736.494,81
Suficiência de PLA %	965,94%	863,25%

Suficiência de ativos garantidores		
Ativos de garantidores aceitos	3.680.303,90	9.610.836,28
Valor a cobrir de provisões técnicas	(1.635.025,15)	(2.064.888,69)
Suficiência	225,09%	465,44%
Ajuste de qualidade do CMR		
PLA nível 1	121.933.331,59	114.863.924,57
PLA nível 2	272.673,72	185.448,78
PLA nível 3	3.065.376,04	3.205.163,81
PLA nível 1 / CMR	1.048,59%	946,72%
PLA nível 3 / CMR	26,36%	26,42%
(PLA nível 2 + PLA nível 3) / CMR	28,71%	27,95%

28 - Detalhamento de contas da demonstração de resultado

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas a seguir:

Períodos:	31.12.2025	31.12.2024
Sinistros ocorridos	(251.147,23)	(516.115,35)
Despesas com benefícios - administrativos	(531.470,20)	(589.502,49)
Despesas com benefícios - judiciais	(28.471,42)	(147.716,49)
Variação provisão eventos ocorridos	308.794,39	221.103,63
Custo de aquisição	(1.953.887,31)	(1.907.127,11)
Despesas de corretagem e agenciamento	(1.742.272,74)	(1.713.218,11)
Despesas de custeamento e vendas	(211.614,57)	(193.909,00)
Despesas administrativas	(11.940.462,05)	(11.428.044,70)
Pessoal próprio	(7.055.047,62)	(6.922.261,12)
Serviços de terceiros	(3.468.011,37)	(3.147.955,51)
Localização e funcionamento	(1.048.450,16)	(986.392,03)
Publicidade e propaganda	(144.876,47)	(83.768,25)
Publicações	(714,00)	(775,66)
Donativos e contribuições	(83.623,60)	(96.645,60)
Administrativas diversas	(139.738,83)	(190.246,53)
Despesas com tributos	(358.743,83)	(352.552,44)
Impostos	(92.129,49)	(77.189,44)
Contribuições	(87.406,46)	(96.155,12)
Taxa de fiscalização	(179.207,88)	(179.207,88)
Receitas financeiras	42.775.189,31	38.679.151,94
Fundos de investimentos	1.433.891,68	1.751.782,67
Receitas com empréstimos	36.023.327,42	33.667.782,04
Reversão provisão sobre assistência financeira	3.028.538,18	2.822.915,07
Receita de juros ao capital	1.995.717,05	392.245,00
Outras receitas financeiras	293.714,98	44.427,16

Despesas financeiras	(17.021.372,84)	(15.449.820,49)
Provisões técnicas	(235.794,38)	(314.247,49)
Assistência financeira	(11.225.543,12)	(10.439.626,57)
Provisão sobre assistência financeira	(5.197.951,90)	(4.448.215,10)
Outras despesas	(362.083,44)	(247.731,33)
Receitas/despesas patrimonial	6.306.478,64	538.135,28
Receitas patrimoniais	2.154.989,16	540.540,39
Despesas patrimoniais	(52.844,51)	(52.024,56)
Resultado da equivalência patrimonial	4.204.333,99	49.619,45
Outras receitas/despesas operacionais	(5.432.873,15)	(542.601,95)
Receitas operações repasses/cobranças	120.000,00	120.000,00
Reversões de redução ao valor recuperável para recebíveis	412.913,61	185.402,16